

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.583 - SP  
(2020/0234776-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : CANTON UNA INCORPORACOES E PARTICIPACOES  
LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCELO NEGRI SOARES - SP160244**  
**ELIANE REGINA COUTINHO NEGRI SOARES - SP254755**  
**LETICIA SQUARIS CAMILO - PR096641**  
**ISABELA FRANCO ARRUDA BRASIL - PR097244**  
**EMBARGADO : ANTONIO HIDEO MENDONCA ISHY**  
**ADVOGADOS : ADEMIR DONIZETE LOPES - SP292006**  
**RAFAEL ARMANI LOPES - SP409359**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CANTON UNA INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Ocorre que, com a máxima vênia, a decisão recorrida padece de omissão, pois não observou que a r. decisão que apreciou o recurso especial deliberou expressamente sobre a concessão da gratuidade em favor da recorrente, sendo irrefutável o prequestionamento, já que deliberou expressamente sobre a justiça gratuita, tendo decidido que as exigências legais teriam sido atendidas pelas razões expostas no acórdão. Os artigos infraconstitucionais mencionados no recurso especial são justamente os dispositivos que demonstram o direito da parte à justiça gratuita que foi violado e cuja proteção está sendo requerida no recurso especial e no Agravo.

[...]

A r. decisão ora embargada também restou omissa porque não levou em consideração o cotejo analítico realizado pela agravante, a qual colacionou as ementas dos arestos comparados e discorreu sobre a similaridade entre a situação de fato do aresto paradigma e do aresto recorrido e a divergência entre a solução jurídica dada em cada caso (fls. 365-366).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente